

Porto Alegre,
sexta-feira, 01 de abril de 2022.

Olá, Fernanda!

geral

PROTESTO - Publicada em 01/04/2022 às 12h06min.

Ato reúne quase 2 mil professores e universitários em Porto Alegre nos 58 anos da ditadura



Servidores públicos e estudantes do Ensino Superior defendem democracia em ato no Centro

JEAN CARLO/ASSUFRGS/DIVULGAÇÃO/JC

Fernanda Soprana



No dia que marca os 58 anos do início da ditadura militar no Brasil, quase 2 mil servidores federais, estaduais e municipais da Educação Superior e estudantes universitários se reuniram em ato pelas liberdades democráticas no Centro Histórico de Porto Alegre.

A concentração, convocada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), começou às 10h desta sexta-feira (1º) em frente ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), na avenida Osvaldo Aranha. Depois, os manifestantes seguiram pelo Parque Farroupilha e a avenida João Pessoa rumo à Esquina Democrática, na Borges de Medeiros. O fim do ato está previsto para às 13h.

“Para nós, é fundamental fazer esse ato no dia 1º de abril, não em 31 de março, para explicitar que até na data a ditadura tentou enganar o país”, diz o presidente da Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS (SindoIF), André Rosa Martins.

Professor de Tecnologia de Alimentos, Martins leciona há 12 anos no campus Porto Alegre do IFRS. Ele destaca, ainda, o impacto da ditadura militar nas instituições de ensino superior, principalmente universidades federais e estaduais:

"Foram centenas de compatriotas desaparecidos, muitos que ainda não tiveram os corpos encontrados. Houve muitos 'expurgos' na época. Docentes, técnicos, administradores de educação... muitos foram excluídos do espaço acadêmico pela ditadura", explica.

Segundo a ANDES-SN, somente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) "expurgou" 18 professores em setembro de 1964. Três anos depois, em 1969, pelo menos 23 docentes foram expulsos da instituição. Após a Anistia, em 1979, alguns foram reinseridos.

“O motivo da participação dos estudantes é, fundamentalmente, a luta por memória e por justiça. Estamos completando quase 60 anos da ditadura militar e temos um Estado que até hoje não prestou contas com a história. Tanto é, que muitos daqueles que participaram ativamente da repressão continuam no cenário político”, relata o estudante de História e representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufrgs, Patrick Veiga.

O ato ainda reivindica a revogação dos títulos honoris causa conferidos aos presidentes do segundo e terceiro governo ditatorial, Artur da Costa e Silva (1967 a 1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), respectivamente.

“Esses títulos são contraditórios ao parágrafo dois do estatuto da Ufrgs, que diz que a universidade é uma expressão da sociedade democrática e que ela tem o compromisso de defender essas liberdades. Então, é inadmissível que dois dos principais ditadores responsáveis pelos 'expurgos' na Ufrgs sejam homenageados”, explica Veiga.

Sob a gestão de Costa e Silva, foi instaurada a fase mais repressiva da ditadura militar, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). A medida, que vigorou até 1978, permitiu a institucionalização da repressão e conferiu poderes ao presidente para fechar o Parlamento e



cassar figuras políticas. Assim, os dois regimes concentram o maior número de desaparecimentos e mortes do período.

Segundo Martins, o pedido para a revogação das honrarias foi protocolado no fim do ano passado. A solicitação é debatida pelo conselho universitário da Ufrgs.

O ato ainda está relacionado a outras reivindicações dos servidores públicos. De acordo com Martins, a categoria exige o recomposição das perdas salariais em 19,99%, valor baseado na inflação dos três primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. Ainda são repudiadas medidas estabelecidas pelo governador gaúcho, Eduardo Leite, e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, sobre o funcionalismo.

Representando a categoria universitária, Veiga ressalta a importância de defender as liberdades democráticas no ano eleitoral.

“Nós temos um presidente abertamente defensor da ditadura. Antes mesmo de ser presidente, já havia um histórico de defesa de torturadores e das agressões. Também fez ameaças à democracia nos últimos anos — ao processo eleitoral, ao STF e ao parlamento, por exemplo”, frisa o estudante. “A expressão ‘não esquecer para não repetir’ é importante, especialmente no ano em que vamos enfrentar uma luta nas ruas e eleitoral, contra um projeto de um revisionismo histórico que tenta recompor uma ideia autoritária no país”.

O ato desta manhã encerra o 40º Congresso do ANDES, que começou no domingo (27). Convocado pelo sindicato, o grupo também é composto por representantes do Fórum dos Servidores Públicos do RS, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS, da UFCSPA e do IFRS (Assufrgs), ANDES/UFRGS, DCE-UFRGS, APG-UFRGS e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas.

Avalie a matéria de 1 a 5:



COMENTÁRIOS

CORRIGIR TEXTO

